

MUDARAM OS TEMPOS; MUDARAM AS MULHERES?

Memórias de professoras do Ensino Superior

JANE SOARES DE ALMEIDA*
MARISA SOARES**

Recebido: 17 jan. 2012 Aprovado: 16 mar. 2012

*Doutorado em História e Filosofia da Educação pela USP; Livre-docente pela Unesp; Pós-Doutorado por Harvard University, Estados Unidos e Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Docente aposentada da Unesp/Araraquara/SP. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, mestrado e doutorado, da Universidade de Sorocaba. Sorocaba, SP. E-mail: janesoaresdealmeida@uol.com.br

**Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. SP. E-mail: lybarra@uol.com.br

Resumo: O artigo refere-se a pesquisa sobre histórias de vida de mulheres que atuam como docentes no ensino superior, no curso de pós-graduação em educação de uma universidade do Estado de São Paulo, desde seus processos formativos aos seus desafios no exercício da docência universitária. Esses dados foram cruzados com informações prestadas voluntariamente acerca das interfaces da profissão com a vida pessoal, como família de origem, casamento e filhos, assim como as expectativas sociais acerca da identidade dos papéis sexuais. Os dados foram coletados por meio de depoimentos de caráter livre, cujo objetivo foi verificar se as conquistas das mulheres nos anos de 1960/70, derivadas do movimento feminista no Brasil tiveram repercussão no seu trabalho e seu cotidiano. Buscou-se detectar se as relações de gênero da sociedade tiveram impacto na sua vida e nas suas realizações profissionais.

Palavras-chave: Ensino Superior, Gênero, Memória, Mulheres.

TIME CHANGED; DID WOMEN CHANGE?
Memories of higher education women professors

Abstract: The article refers to a research carried out on the life history of women who are Higher Education professors and teach at the graduate program in Education at the University of the State of São Paulo, from their educational processes to the challenges they had to face at their teaching careers at the university. These data were analyzed along with the information provided voluntarily concerning the interface of their professional and their personal life, such as family origin, marriage and maternity, as well as the social expectations regarding gender roles. The data were collected through free testimonials whose main objective was to observe whether the achievement of women, during the 60's and 70's, were somehow influenced by the feminist movement in Brazil and showed repercussions on their work and daily life. It was intended to detect if the gender relations in society had any impact on their lives and on their professional accomplishments.

Keywords: Higher education. Gender. Memory. Women.

INTRODUÇÃO

No Renascimento, as pinturas nas telas e nos murais, as esculturas e as tapeçarias imprimiam a figura de uma Madona sorridente com o filho menino

nos braços, emblema sagrado da Cristandade e representativo das mulheres na sociedade da Idade Média e Renascentista, e “a explosiva cultura do Renascimento nasce desse abraço de mãe e filho que a escultura gótica e a cor do século XV projetam numa dimensão eterna”, observa King (1994, p. 193), para quem:

Um homem pode ser príncipe ou guerreiro, artista ou humanista, mercador ou eclesiástico, sábio ou aventureiro. A mulher só raramente assume tais papéis e, se o faz, não são esses os papéis que a definem, mas outros: é mãe, filha ou viúva; virgem ou prostituta, santa ou bruxa. Maria, Eva ou Amazona. Estas identidades (que derivam apenas do sexo a que pertence) submergem-na totalmente e apagam qualquer outra personalidade a que ela aspire. Durante todo o Renascimento, a mulher luta para se exprimir a si própria. Mas, é uma luta destinada ao fracasso, dado que a partir de finais do Renascimento, a fixidez dos papéis sexualmente definidos da mulher foi reafirmada a todos os níveis da sociedade e da cultura e a condição feminina não progrediu, antes se encaminhou para um progressivo declínio.

A associação da figura feminina aos atributos de maternidade não é recente, mas edificada no imaginário e na constituição de todas as civilizações, nas mais variadas épocas, culturas e classes sociais. Esse imaginário é fortemente impregnado de valores culturais e religiosos que produzem o emblema do feminino no espaço indivisível, permeado pelas relações de poder, que se estende da família à sociedade, ao qual a atual crítica teórica feminista denomina relações de gênero.

Nos tempos modernos e contemporâneos, quando essas relações se estabeleceram no mundo do trabalho após a inserção feminina nesse espaço, por sua vez, produziram mecanismos sutis e explícitos de dominação inseridos nos espaços hierárquicos de poder. Esses, muitas vezes, são fragmentados quando se deslocam para profissões feminizadas e parece haver uma concordância implícita sobre quais trabalhos são “para mulheres”. Dentre estes, o magistério de crianças e jovens se destaca como trabalho feminino por natureza e dessa maneira, é social e culturalmente aceito. Porém, quando se trata do Ensino Superior alguns paradoxos acontecem, pois conflitam com esse imaginário. Isso porque, desde os tempos idos, os homens eram os doutores, os lentes, os conhecedores, os livres; e as mulheres mal conseguiam aprender a ler e escrever, submergidas nas funções domésticas e maternas. Até que ponto essa mentalidade impregnou o mundo social, sendo que a cada momento emerge no discurso de cada sujeito, sejam homens, sejam

mulheres quando, por força das mentalidades, perpetuam uma forma de pensar impregnada de continuidade?

Atentando para esse paradoxo, e nos referindo a uma época diferenciada, no Brasil intentamos conseguir uma definição do que é ser mulher hoje, pertencente à geração pós-feminismo, culta, intelectualizada, com título de doutoramento e atuante no Ensino Superior, segundo sua própria forma de ver a vida e se situar como mulher e educadora. Mulheres que estão na faixa dos 55 a 68 anos, graduadas na área de Educação entre 1969 e 1981, com título de doutorado obtido entre 1989 e 2002, docentes de programa de pós-graduação em Educação do Estado de São Paulo, atualmente, após uma longa trajetória profissional, mães de família com filhos crescidos e algumas com netos. Essas mulheres transcorreram sua juventude entre os anos 1950/80 e conviveram com a eclosão da segunda onda feminista em nível mundial e no Brasil, com o Regime Militar e manifestações feministas dos anos 1970. Viveram no tempo da quebra dos grilhões domésticos propalada pela crítica feminista, os escritos de Simone de Beauvoir e Betty Friedam, o advento da pílula anticoncepcional, o Tropicalismo e o movimento hippie. Mulheres que hoje fazem parte da geração mais velha, que formam alunos/as graduados/as, mestres e doutores/as e que ainda possuem a memória viva de uma história recente. Quisemos ouvir o que elas tinham a dizer sobre esses anos que ainda fazem parte do cenário nacional, em especial sua trajetória de vida pessoal e profissional. Tentamos fazer a interpretação de como as relações de gênero derivadas da crítica feminista interferiram na sua vida pessoal e no desempenho de sua profissão, mas nem sempre com êxito, pois, numa primeira impressão, essas relações não são apontadas fazendo parte integrante de sua vida e seu trabalho, embora no seu discurso elas surjam deslizantes como se sua importância fosse apenas periférica e não tivessem determinado suas escolhas. Mesmo altamente intelectualizadas e detentoras de amplo conhecimento acadêmico, as relações de poder, advindas da esfera pública e exercidas no meio familiar tangenciam esse discurso, impregnado de suas derivações. Embora seja apenas uma amostra, num recorte ditado pelas necessidades da pesquisa, entende-se que, a não ser que as professoras estejam debruçadas sobre a linha de estudos de gênero, que abrangem várias interfaces, feminismo e História das mulheres, poucas conseguem entender o alcance de suas peculiaridades na área de educação. Educar crianças e jovens, assim como formar educadores insere uma visão holística que alinha as diver-

sas e cambiantes fases do processo. Se as professoras, ao enunciar suas memórias, não conseguem captar essencialmente a ordem hierárquica do poder à qual são submetidas, assim como as demais mulheres de todas as profissões, classes sociais e diferentes etnias, sua atuação pode ficar limitada ao plano do campo onde atuam sem atentar para as ramificações de que ser mulher é também resistir e identificar-se, principalmente no campo educacional onde representam a maioria.

MULHERES E EDUCAÇÃO

A importância da presença feminina nos recursos humanos da Educação pode ser observada pelos aspectos históricos, culturais, sociais e políticos. No mundo do trabalho remunerado, com maior incidência a partir do século XX, as mulheres lecionam desde o ensino fundamental às pós-graduações, participam nas pesquisas e nos projetos de extensão e acompanham os avanços tecnológicos que engendram diferenciadas características na formação da atual docência brasileira.

Ao longo da história da educação brasileira essa evolução é observada pela determinação de mulheres que deixaram marcas de sua participação na construção da realidade do ensino no Brasil desde os anos iniciais da escolaridade. Um dos primeiros exemplos históricos que temos desta participação aconteceu no ano de 1828, na primeira escola feminina provincial, em São Paulo, criada pela lei geral de 15/10/1827, quando se destacou uma mestra, Benedita da Trindade, que ensinava a 50 meninas comportamentos que lhes permitissem se tornarem boas súditas, esposas e mães, para o engrandecimento do Império. As meninas eram ensinadas a ler, escrever, contar, gramática nacional, princípios da moral cristã e da doutrina católica, leitura da Constituição política e a parte geográfica da mesma; sendo que a disciplina História do Brasil, não possuía suficiente material didático ou livros para que pudesse ser convenientemente ensinada. O mais curioso é que assim como ela, as professoras Maria da Glória do Sacramento, que lecionava em Bragança e Inácia Flora da Silva, em Piracicaba, se recusavam a ensinar as “prendas femininas”, motivo pelo qual houve punição para estas professoras. Posteriormente, nesses locais, nos exames para inserção de novas docentes, incluiu-se a avaliação no desempenho de agulha, havendo uma desigualdade em termos educacionais entre meninos e meninas, o que acarretou diferenciação em termos salariais, porque cabia aos professores que ensinavam geometria um nível superior de remuneração, conforme observa Hilsdorf (1997), numa pesquisa sobre a vida de uma professora primária pau-

lista, trabalho que explora as possibilidades da historiografia e das fontes da História das Mulheres na educação escolar brasileira¹.

No Brasil, nas primeiras décadas dos anos noventa, o magistério primário se estruturava como a única possibilidade de profissionalização feminina e as escolas normais se alicerçavam como centros de excelência e irradiadores de cultura. Quando procurados pelas moças, os cursos exigiam que se apresentasse autorização do pai ou do marido no ato da matrícula, além da necessidade de reputação ilibada dos/as candidatos/as. Nas escolas públicas e classes protestantes, meninos e meninas se reuniam para instrução conjunta, o que não acontecia nas escolas católicas devido ao veto da Igreja à coeducação. Mesmo assim, havia posturas diversas quanto aos fins últimos da tarefa educativa em razão dos diferentes destinos que eram reservados para homens e mulheres no mundo social e familiar, no espaço público e privado. As escolas protestantes, adeptas do regime coeducativo, a partir de 1870 buscaram ampliar sua esfera de atuação no País, com objetivos igualitários e democráticos quanto aos dois sexos, mas também não se afastavam desse ideário por seu nível de alcance ser pouco abrangente num país católico, apesar das escolas fundadas nos mais variados recantos do País, pois a sociedade brasileira não apresentava condições para implantar mudanças que realmente alterassem as expectativas sociais para ambos os sexos e os papéis que deveriam representar na vida adulta.

O ideário republicano, forjado no século XIX, de considerar as mulheres melhor preparadas para a docência, enquanto aos homens se destinava o desempenho nos cargos de direção e administração nas escolas, impregnou por décadas a imagética social dos anos pós-republicanos ao longo do século XX. Na sua segunda década este marcou de forma crucial as transformações de gênero, até então indubitavelmente ancoradas no edifício social, de forma considerada natural ao longo da História das relações sociais, convivendo com os mecanismos de submissão a que estavam subordinadas as mulheres, apesar de sempre haver as resistências, embora em caráter excepcional. Na segunda metade do século essa imagética passou por mudanças nem sempre radicais e muito lentamente, porém, o grande movimento social das mulheres, lembrado como *feminismo* de finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, de alcance mundial esteve fortemente marcado pela influência estadunidense. O feminismo de inspiração norte-americana que alcançou o território brasileiro na segunda década do século XX estruturou-se como um sistema de ideias e

¹ O trabalho de Maria Arisnete Câmara de Moraes na Universidade Federal de Natal, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e seu grupo de estudos de gênero, também é elucidativo desse tipo de investigação que busca desvendar a vida de mulheres professoras na História da Educação na região Nordeste.

de ações visando produzir transformações na ordem patriarcal de poder edificada pelo segmento masculino. A diferença sexual, em vez de mecanismo de subordinação tornou-se um fato positivo que distinguia homens e mulheres, como parte integrante do mundo social e da natureza, não sendo, portanto, motivo para a opressão.

No Brasil, no campo político, o período entre a conquista do voto em 1932 e o movimento dos anos seguintes, é considerado pelas estudiosas do movimento como um tempo de *refluxo*, tendo em vista o regime político vivido pelo País com a instalação da ditadura na Era Vargas. As mentalidades estavam tomadas pelo que se convencionou denominar *vaga socialista e utopia comunista* e pouco espaço havia para lutas demarcadas pelas questões de gênero (PINTO, 2003). A territorialidade dos espaços femininos se justificava, ainda, pela permanência das mulheres no lar, mesmo com os direitos advindos dos novos tempos que se formaram no período do pós-guerra na primeira metade do século XX. A herança cultural do século XIX ainda se estruturava sobre a imagética da missão materna, o que justificava também a profissão de professora.

Em contrapartida, no cenário brasileiro, os anos 1960/70 consolidaram uma aspiração, ainda incipiente, voltada para o direito a ter direitos, processo veementemente reivindicado por uma parcela representada por mulheres cultas e engajadas nas manifestações políticas. Apesar das idas e vindas desse processo, as mulheres que puderam ir às universidades nessas décadas se deparavam com um panorama social que conflitava com a educação recebida nos lares. Essas mulheres, herdeiras de uma tradição conservadora, buscaram o ensino superior como prosseguimento de estudos e ampliaram seu conhecimento do espaço público, num mundo antes restrito apenas aos homens. O mundo estava mudando e o acesso à educação superior, com o almejado diploma para exercer uma profissão, se configurava aos espaços demarcados pelas Ciências Humanas e o número de professoras formadas pelas universidades nunca foi tão alto.

Na educação superior, o acesso das mulheres a esse nível de ensino se consolidou, mesmo com o ingresso ainda restrito para a maioria. As décadas de 1960/70 trouxeram conquistas femininas que se reverteram posteriormente no seu protagonismo social, conquistas inspiradas no feminismo importado dos Estados Unidos:

[...] a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade – o poder patriarcal -, ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda,

não sem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 1970 (PINTO, 2003, p. 48).

Nesses anos, os grandes centros urbanos brasileiros, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro² começaram a congregiar os primeiros grupos feministas, mulheres que “uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas; a entrada nesses grupos acontecia por meio de convites [...]. A dispersão do movimento feminista fora do eixo Rio-São Paulo não implica ignorar a existência do movimento em quase todos os estados brasileiros”. (PINTO, 2003, p. 49), movimento que conviveu com o Regime Militar e o conservadorismo da sociedade.

MEMÓRIAS DE PROFESSORAS: VIDAS E SABERES

Para conhecer o pensamento das professoras atuantes no Ensino Superior, optou-se por coletar depoimentos feitos sob a forma de entrevistas semiestruturadas que buscassem responder a questões nodais no entrecruzamento de vida pessoal e vida profissional, assim como seu percurso formativo, centrado nas opções de seguir carreira. O critério de escolha das quatro professoras deu-se por todas possuírem graduação em Pedagogia e mestrado e doutorado em educação, títulos obtidos em universidades de renome públicas e particulares. A conclusão da graduação se deu entre 1969 a 1981; o mestrado entre 1982 a 1995 e o doutorado entre 1989 a 2002. Todas trabalham na educação superior atualmente, nos cursos de pós-graduação em educação, sendo possuidoras de uma longa trajetória no campo educacional. As professoras iniciaram a profissão docente na juventude e, atualmente, suas idades variam de 55 a 75 anos. Nas categorias contempladas na pesquisa estão subjacentes a formação, as escolhas, as histórias de vidas e as memórias docentes. Para Ferreira e Biasoli (2009, p. 56),

Estudar a vida de uma pessoa requer compreensão do percurso por ela percorrido devendo ser analisado diacronicamente em função de um conjunto de etapas, como idades, circunstâncias sociais e históricas e estágios profissionais. Tais estudos obedecem a certo grau de normatividade, seguindo as sequências de fases/estágios pelos quais

2 “As promotoras eram as mesmas mulheres paulistas que haviam começado a se reunir em caráter privado em 1972, a maioria ligada ao ensino superior e à pesquisa na área de Ciências Sociais e Educação [...]. A presença desse grupo na reunião da SBPC em 1975 e as sucessivas reuniões que aconteceram no âmbito dessa sociedade até 1985 são indicadores importantes de um tipo específico de feminismo que se desenvolveu no Brasil, que se poderia chamar de feminismo acadêmico”. (PINTO, 2003, p. 62).

costumam passar os seres humanos; no entanto, deve-se considerar, também, o conjunto de acontecimentos sócio-históricos e eventos individuais inesperados na vida de cada pessoa.

A pesquisa realizada fez um caminho inverso ao alocar às vivências das professoras a hermenêutica de uma época. As principais questões foram: como interpretar um período histórico pautando-se pela voz de mulheres que carregam em si os padrões comportamentais desse passado, por criação familiar e legado social, e atuam contemporaneamente no mais alto grau de ensino no panorama educacional do País? Que testemunhos poderiam ser obtidos, adotando-se a postura investigativa dos estudos de gênero, em especial a premissa da *igualdade na diferença* derivada da crítica teórica feminista? Como um período histórico ainda recente, porém em risco de se perder na voragem dos anos em devir poderia ser mantido e preservado pelo fio condutor da memória? Como servir aos desígnios de uma História ainda em transcurso e edificar o tempo vivido em torno da fala de sujeitos atuantes no campo educacional? Um desafio que foi difícil, porém se acata a ideia de que servirá como estudo histórico sobre mulheres e educação, no mesmo momento em que estas estão em plena fase docente produtiva.

Mudaram os tempos e as mulheres?

Certamente que sim, embora não com a expansão desejada de abertura das mentalidades e equidade de gênero. As conquistas femininas, ainda recentes, convivem expressivamente com a violência e a desigualdade quanto aos sexos. Os tempos atuais imprimiram horizontalidade na ordem universal de poder, pois a diferença entre os sexos ainda estabelece subordinação feminina em todas as esferas sociais: no mundo do trabalho os salários são diferenciados; na vida familiar há desajustes quanto aos deveres domésticos e criação dos filhos e na sociedade subsistem os rótulos discriminatórios derivados do preconceito. A ampliação numérica das mulheres na educação superior tem demonstrado uma escalada para combater a desigualdade de gênero e subsistem imagéticas que alocam às mulheres inserção em campos diferenciados no sistema de ensino, como, por exemplo, que estas possuem melhor desempenho nas áreas de Ciências Humanas, em especial na Educação; e menor desempenho nas Ciências Exatas. A maneira como a professora a seguir interpreta sua condição feminina e seu trabalho docente é elucidativa:

Eu conquistei a minha independência muito cedo, eu vim à cidade de São Paulo, fiz o vestibular da USP, estudei comissionada e logo em seguida comecei a trabalhar. A área da Educação está sempre povoada por mulheres, precisamos valorizar a

presença dos homens, porque o perfil masculino é muito importante para a criança. Nós tivemos uma inversão, somente nos cargos superiores, encontra-se a maioria dos homens, mas na docência, fundamentalmente, são mulheres. Sinceramente, essa nunca foi a minha preocupação, embora eu reconheça que há muitos problemas de gênero no país e, mesmo em outros países. Recentemente, uma pesquisadora do Uruguai, estava estudando que embora o número de matrículas de mulheres no ensino superior cresça o sucesso profissional das mulheres não acompanha o fato de que é a maioria no ensino. Mesmo sendo o número de matrículas das mulheres superior ao dos homens, existem outros mecanismos, que fazem com que a mulher fique no seu lugar. Eu realmente, não leio estes temas, na verdade eu atropelo por eles. (Professora Doutora 4).

A recepção das formas simbólicas evidentes nos depoimentos implica um processo contextualizado e criativo de interpretação, no qual os indivíduos se servem dos recursos de que dispõem, para dar sentido às mensagens que recebem, na forma de uma apropriação, que se encontra inserida num processo mais extenso de formação pessoal pela qual desenvolvem um sentido, para eles mesmos e para os outros. (THOMPSON, 1998, p. 17). Esse sentido pessoal, para Geertz (1989, p. 59), significa “o desenvolvimento, a manutenção e a dissolução de “humores”, “atitudes”, “sentimentos”, e assim por diante – que são “percepções” no sentido de estado e condição, não sensações ou motivos – constituem tanto uma atividade basicamente privada dos seres humanos quanto o ‘pensamento’ orientador”. Foram observados diferentes destinos e objetivos no processo formativo das professoras e sua trajetória profissional que culminou com a titulação máxima no meio universitário, o doutorado e seu prosseguimento. Houve conexão entre as questões de gênero e suas narrativas, embora não suficientemente aprofundada, pois ora as professoras se esquivam do assunto, ora demonstram que não existe uma real preocupação quanto às variáveis que as relações comportam nos espaços de poder na Educação.

Como “as relações familiares e a sexualidade estruturam a personalidade e moldam a interação simbólica” (CASTELLS, 1999, p. 52), nas relações sociais a produção é organizada em relações de classe que definem o processo pelo qual alguns sujeitos, com base em sua posição no processo produtivo, decidem a divisão e os empregos do produto em relação ao consumo e ao investimento. Portanto, o mundo do trabalho, mesmo que seja no nível superior e seus agentes serem sujeitos intelectualizados, não está isento da produção e da reprodução dos mecanismos veiculados nas relações de alteridade, nas quais as questões de gênero incidem com especial impacto, por conta de naturalizarem o âmbito doméstico como espaço essencialmente feminino. No caso da docência, essas relações repercutem as questões do imaginário social consolidado há décadas

e espelha as relações familiares e a herança cultural por conta da perenidade do discurso incutido nas mentalidades que passam de geração a geração, mesmo que esporadicamente haja rupturas que produzem atores sociais, no caso as professoras, dotados de conhecimento e senso crítico. Esse senso crítico, aliado ao maior conhecimento advindo da experiência prática e teórica, por sua vez, nem sempre consegue explicações coerentes sobre o processo pelo qual passaram ao longo dos seus anos de formação e atuação. Isso porque a experiência é estruturada pelas relações entre os sexos, historicamente organizada em torno da família e caracterizada pelo domínio dos homens sobre as mulheres; e as relações familiares norteiam os caminhos e as perspectivas que cada mulher pode considerar em seu plano de vida.

O termo gênero constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas e pode ser conceituado como “uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Além da pluralidade humana, entre homens e mulheres existe a diversidade de valores, de princípios e de costumes nas mais diversas culturas. Se de maneira alguma se pode considerar que uma cultura sobrepuja a outra, porque ambas não são comparáveis, nem mensuráveis, pois coexistem e se complementam; da mesma forma, na natureza humana, homens e mulheres se complementam. No entanto, aquelas que ousam seguir com sua consciência e abrir seus próprios caminhos costumam pagar preços na esfera pessoal, representados por questões nem sempre devidamente explicitadas pelo que é inerente às mulheres, o ato de preservar a intimidade:

Apesar de que eu tenha vivido de uma forma coerente, não quer dizer que tenha sido fácil, paguei preços pelo que fiz, paguei até por ser mulher. Paguei pela minha escolha que seguia os meus princípios e os meus valores de forma consciente, porque assim é a vida. A minha inserção no movimento de mulheres negras, foi um grupo que se abriu para mim, porque eu estava entrando tardiamente, estava com quarenta anos, queria discutir as questões das mulheres, pelo movimento e não pela academia. A minha entrada na questão da discriminação e das minorias religiosas, foi pelo lado dos grupos religiosos, pelos grupos das minorias raciais. As mulheres negras me receberam e me formaram. Com elas que eu aprendi muito, depois que eu fui estudar o que a literatura falava e eu considero insatisfatório, com elas eu aprendi, o que o movimento de mulheres tem lutado, tem feito, como que está engajado, hoje o meu campo de ação está mais ampliado. Eu estou nos “sites”, nas principais “ONGS” eu tenho um espaço exclusivo para o que eu escrevo, esse é um “pedaço de mim” em que eu tenho muito orgulho, uma vez uma delas me falou: o que você faz de melhor é ser essa acadêmica que você é. Você não é uma do movimento como nós, mas por você ser acadêmica pode transformar as palavras. (Professora Doutora 3).

Nos anos 1940/50, em seguimento aos anos iniciais do século XX, o pensamento feminista encerrava a proposta de possibilitar para as jovens o acesso à educação, juntamente com o direito ao voto, porém não se questionava seu papel de esposas e mães. Nesses anos, na esfera cultural, o cinema, as revistas, a televisão, o rádio, (como hoje), impregnavam a cultura e influenciavam nos modos de pensar individual e coletivo. O imaginário de Hollywood traçava os padrões e se estendia a todos os que tinham acesso à exibição nas telas, desde os anos iniciais do século, estendendo-se para as décadas seguintes e

[...] a estrela era o padrão, modelo para a maioria das mulheres, espécie de princesa da moda. Como tal é convidada a apadrinhar tudo quanto se possa imaginar: cosméticos, produtos de beleza, competições desportivas, festas de caridade. Ao adquirir algo que se anuncia como pertencendo à star, a fã identifica-se-lhe, apropria-se da sua personalidade. A estrela presta funções de conselheira“. (BARREIRA, 1992, p. 122).

As revistas femininas davam conselhos às jovens esposas e futuras noivas, ressaltando o espaço prioritário da vida no lar e cuidado com marido e filhos. A internet atualmente publica vários desses conselhos³. Por mais curiosos que possam parecer, as revistas influenciavam as jovens que procuravam segui-los, na esteira de uma mentalidade ainda atrelada aos anos iniciais do século XX. Porém, as décadas de 1960/70 descaracterizaram esse pensamento e o movimento feminista que eclodiu nesse período se organizou “a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público, como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero” (PINTO, 2003, p. 45).

No interior do movimento, entendeu-se que a desigualdade se configurava como um tema central, impeditivo para que as mulheres alcançassem patamares sociais mais elevados e sejam reconhecidas no mundo do trabalho. O ideal liberal republicano de considerar as mulheres as melhores educadoras da infância pelas suas características de bondade, meiguice e obediência pregado nos anos iniciais

3 Vejam-se alguns excertos (<http://www.scribd.com/doc/4048/Conselhos> (de Revistas Femininas), anos 1960/70, em 10/08/2008: “*A desordem em um banheiro desperta no marido a vontade de ir tomar banho fora de casa*”; “*Se seu marido fuma, não arrume brigas pelo simples fato de cair cinzas no tapete. Tenha sempre cinzeiros espalhados por toda casa*”; “*A esposa deve vestir-se depois de casada com a mesma elegância de solteira, pois é preciso lembrar-se de que a caça já foi feita, mas é preciso mantê-la bem presa*”. (Jornal das Moças, 1945, 1955, 1959). Ou na revista Cláudia, ainda hoje publicada periodicamente: “*Se desconfiar da infidelidade do marido, a esposa deve redobrar seu carinho e provas de afeto*”; “*A mulher deve estar ciente que dificilmente um homem pode perdoar uma mulher por não ter resistido às experiências pré-nupciais, mostrando que era perfeita e única, exatamente como ele a idealizara*”. (CLÁUDIA, 1962).

do século XX parece ter sido superado em razão da competência necessária para exercer o trabalho docente, pela nova geração formada nos anos 1960/1970. No entanto, não podemos assegurar a significância que as ideias contidas no movimento introduziram na vida cotidiana da maioria das professoras, pois, ao se estabelecer um paralelo com os depoimentos coletados, houve restrito vínculo das ideias expressas no movimento feminista e o cruzamento com suas trajetórias de vida aferidas nos depoimentos:

Eu fui para esta minha experiência no curso de pedagogia com muita segurança. Eu tinha sido professora, tive a oportunidade de me capacitar e me atualizar; eu tinha um ótimo material para trabalhar com as alunas. Eu não comecei com nenhum estresse, no ponto de vista do tema que tinha que desenvolver, somente tinha outras questões, como as alunas que compunham a classe, porque você trabalha o conteúdo para professoras que já cursaram o magistério e estão iniciando um curso superior e as alunas que acabaram de sair do ensino médio, que não têm experiência nenhuma, este é “um nó” do curso de pedagogia. Certamente, eu falava de algum lugar; eu tinha determinada competência, sobre as discussões que eu propunha para as minhas alunas. Eu tinha o compromisso de formar; formar bem. Era uma prova de fogo, porque de professora fui a capacitadora; de repente eu estava formando professores, carrega nesta tarefa por si só, uma grande responsabilidade. Toda a minha experiência me dava segurança, eu tinha experiência teórica e prática com relação à alfabetização. (Professora Doutora 1).

Embora seja recente em termos históricos, o conceito de gênero está essencialmente ligado à história do movimento feminista. Nas décadas de 1980/90 o conceito se edificou e se estruturou quando o feminismo, em contraponto às reivindicações iniciais se voltava para as construções propriamente teóricas, além das preocupações sociais e políticas. A utilização do gênero nos estudos que tratam o tema do feminino passou a ser contemplado no meio acadêmico em meados dos anos 1970, estando associado com os conceitos de raça e classe social, e só teve maior desenvolvimento no início dos anos de 1990. A introdução do conceito, como categoria científica que expressa as relações sociais entre os sexos e leva a elaboração de conceitos sobre as relações de poder, surgiu da necessidade de pensar o feminismo a partir de uma perspectiva teórica. Primeiramente, essa necessidade surgiu entre a militância feminista quando, a adoção dos modelos reivindicatórios dos primeiros movimentos que se deram no início do século foram ultrapassados e sendo apoiados primeiro na não aceitação da desigualdade e depois na sua eliminação.

As novas gerações feministas incorporam a diferença como construção sócio e cultural que diz respeito aos dois sexos, ressaltando o conceito da *igualdade na diferença*. Esse conceito explicita a aceitação que entre os sexos existem

diferenças físicas, biológicas, psíquicas e comportamentais, mas que esses atributos diferenciados não se constituem em aval para a opressão de um sobre outro sexo. De um modo geral, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, organizada sobre as diferenças sexuais e as relações de poder, revelando conflitos e contradições que marcam uma sociedade assinalada pela desigualdade, seja ela de classe, raça, etnia ou gênero.

O gênero procura dar significado às relações de poder e se configura como um elemento estabelecido nas relações sociais e baseado sobre as diferenças entre os sexos e se manifesta como um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas presentes no meio social. Os dois são educados por meio de uma reciprocidade de um sistema de relações, ultrapassando a oposição binária. O gênero é, pois, uma categoria teórica que se refere a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da diferença sexual e que são utilizadas na compreensão das relações entre homens e mulheres. Desse modo, gênero não significa o mesmo que sexo, isto é, o sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa e o gênero diz respeito à sua construção como sujeito masculino ou feminino. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por ajustes sociais, ou seja, varia segundo a época e padrões culturais e pode ser modificado.

As relações de poder entre homens e mulheres estão presentes em todas as construções sociais; nessa perspectiva, o poder está em todos os pontos da relação entre as categorias sociais, configurando-se numa rede complexa. As redes de poder estão ligadas num processo de construção social e estão presentes em todos esses processos e o gênero não pode ser entendido com uma simples categoria, mas como uma relação de poder. Neste sentido, as práticas e os sujeitos são efeitos de poder e saber, os quais são fabricados nas diversas instituições presentes no meio social. Louro (1997) explica que as identidades são múltiplas e plurais, que elas transformam-se e podem nos ajudar a entender que as práticas educativas são generificadas produzindo-se a partir das relações de gênero, de classe e de raça. É a identidade cultural que possibilita à criança reconhecer-se como pertencente ao gênero masculino ou feminino, a esta ou aquela etnia e até mesmo situar-se nos patamares da desigualdade econômica com base nas relações sociais e culturais que se estabelecem a partir do seu nascimento. Essa ideia ultrapassa a concepção do aprendizado de papéis, que pode tornar-se muito simples, uma vez que caberia a cada indivíduo conhecer o que lhe convém ou não, adequando-se a essas expectativas.

Portanto, examinar apenas a aprendizagem de papéis masculinos e femininos no seio familiar e vida social implica em desconsiderar que a masculinidade e

feminilidade podem exercer variadas formas e que complexas redes de poder estão envolvidas nos discursos e nas práticas representativas das instituições e dos espaços sociais, sendo produzidas a partir das relações de gênero. A maneira como a família e a escola agem em relação às meninas e aos meninos é fundamental no processo de constituição da identidade de gênero. As identidades não são estabelecidas e fixadas num determinado momento, mas estão constantemente sendo construídas e transformadas. Por isso, os sujeitos vão se edificando como masculinos ou femininos e toda uma estrutura como família, religião, meios de comunicação, escola, estão envolvidas nessa dinâmica e os sistemas simbólicos e a hierarquia incidem nas esferas do trabalho e na vida profissional. Torna-se emblemático considerar o peso da autoridade paterna/materna, especialmente a primeira, quando se trata de definir os padrões comportamentais e até mesmo a inserção das jovens no mundo do trabalho. As relações familiares sob o peso das relações de gênero também pode produzir, mesmo de maneira involuntária, os mecanismos de resistência, não isentos de dificuldades:

Eu sempre trabalhei, desde os meus dezesseis anos. Naquela época na década de 1970, eu trabalhava o dia inteiro e frequentava o ensino médio noturno; tive que enfrentar muita fofoca, porque nessa época, mulher que frequentava curso noturno não prestava, ou seja, não era de boa família, é uma loucura isso. Inclusive, quando eu anunciei na minha casa que iria trabalhar, era uma ofensa ao meu pai. Ter uma filha que trabalhava? Perguntava se me faltava alguma coisa, por que eu tinha que trabalhar? As minhas irmãs mais velhas, o primeiro emprego delas foi depois do ensino superior. As mulheres da família, primeiro estudavam para depois trabalhar. (Professora Doutora 1).

As relações pedagógicas que são construídas na escola estão carregadas de simbolizações; porém é determinante como a família molda os comportamentos, hábitos e atitudes posteriores na vida adulta. Na escola e as crianças aprendem normas, conteúdos, valores, significados, que lhes permitem interagir e conduzir-se de acordo com o gênero com o qual se identificam, assumindo especificidades de acordo com essa identificação; e os professores são socializados a partir de uma reelaboração ativa de significados e as informações que recebem lhes permitem construir uma representação do que consideram adequados ou não a cada sexo, prolongando assim o espaço da influencia familiar com o qual se identificam. Dessa forma, acontecem os estereótipos e os mecanismos de diferenciações que, por sua vez, situam-se numa escala axiológica de valores desenvolvidos desde a mais tenra idade e sempre são manifestados ao longo da existência humana. Este processo ocorre pela educação, não apenas a formal,

mas também a familiar e social, onde um modelo e um conjunto de características estereotipadas significa um dos mais eficazes mecanismos de perpetuação das desigualdades e reforçam a relação de dominação e submissão.

MULHERES NO ENSINO SUPERIOR

No contexto atual do ensino superior brasileiro, há uma divisão equitativa entre professores e professoras, em termos da quantidade de seus recursos humanos, conforme se pode observar no quadro abaixo, com dados estatísticos recentes, que demonstram a tendência de um determinado equilíbrio numérico, porém ainda existe menos mulheres do que homens nesse nível de ensino, o que, por exemplo, não acontece na educação básica, quando ocorre o inverso e maioria absoluta feminina acima de 98%.

Quantidade de Docentes em Exercício - IES (2008).

IES	Total	Masc.	Fem.
Brasil	321.493	177.088	144.405
Pública	111.894	63.399	48.495
Federal	61.783	36.480	25.303
Estadual	42.042	22.426	19.616
Municipal	8.069	4.493	3.576
Privada	209.599	113.6899	95.910
Particular	131.017	71.353	59.664
Comum/Confes/Filant.	78.582	42.336	36.246

Fonte: BRASIL.INEP.MEC (2010).

No decorrer do século XX, os trabalhadores especializados foram padronizados entre tarefas menos qualificadas, executadas por funcionários administrativos reciclados para maior responsabilidade, e tarefas altamente especializadas que, no geral, exigiam instrução universitária. Essas mudanças profissionais eram especificadas por sexo, classe e raça: enquanto as máquinas substituíam, em particular, as mulheres menos instruídas das minorias étnicas na parte inferior da escala, as mulheres instruídas, especialmente brancas, começaram a substituir os homens brancos nos cargos especializados inferiores, mas com salários mais baixos e com redução das perspectivas de carreira em comparação ao

que os homens costumavam ter. Portanto, o ensino superior representou uma formação profissional com melhor qualificação diante das exigências do mercado de trabalho. As mulheres ampliaram suas possibilidades pessoais e profissionais, certamente pelas influências do mercado capitalista, porque a atual sociedade convive com um avanço científico e tecnológico, o qual incide numa universalização e padronização do conhecimento, priorizando uma fragmentação epistemológica em “pacotes pré-fabricados de conhecimento”. Uma formação humana restrita e técnica à especificidade de determinada área profissional, não condiz com as expectativas da responsabilidade social e da inclusão social.

As professoras entrevistadas, quando indagadas sobre as características femininas na sua inserção profissional, com destaque para as funções maternas, não ressaltaram a importância das relações de poder entre os sexos no mundo social, ao se considerarem inseridas num ambiente que renega a discriminação e o preconceito. Obviamente, existe grande dificuldade em se interpretar o mundo feminino a partir da perspectiva da sociedade androcêntrica, pois valores, aspirações, ambições, desejos de ascensão parecem, num primeiro momento, serem valores relegados a segundo plano pela inteireza de ser mulher. O magistério, de um modo geral, inclusive no ensino superior, associa aos atributos femininos os papéis naturalizantes como abnegação e paciência, *virtudes femininas necessárias* para o exercício dessa função.

Eu vejo que algumas mulheres se esforçam por não serem mulheres, mesmo na hora de pesquisar, assim como na vida acadêmica, isso é um fenômeno que ocorre, já é estudado e o movimento de mulheres trabalha muito sobre isso, são mulheres que têm dificuldade de viver a sua feminilidade, porque acham que isso pode lhes roubar, nesse mundo machista e competitivo em que vivemos algumas oportunidades. Houve fonoaudiólogas que fizeram um estudo sobre mulheres que ocupam postos de direção cuja voz se torna mais grave, foi um estudo longitudinal das fonoaudiólogas, é uma questão de atitude, porque elas precisam mostrar que são duras e conseguir dos homens o respeito. Eu nunca precisei evocar que sou mulher; está evidente, porque eu vivo de uma forma tão inteira, assim como convivo com os grupos dos mais diversificados, pessoas bem diferentes e todos se respeitam muito, algumas das minhas amigas feministas não gostam muito de que eu diga isso, mas eu não posso deixar de dizer por que elas não gostam. Ainda mais num trabalho como o meu é muito importante, eu não tenho como negar que a minha decisão de trabalhar com a questão da discriminação e do preconceito, que não passou pelo meu ser de mãe, é o meu ser mulher; porque eu tive uma angústia como mãe. De olhar e ver os meus filhos crescerem, as perguntas que me faziam, eles me tocaram num nível em que as outras coisas não tinham me tocado. Depois eu pude transformar isso, na minha linguagem, no meu conhecimento, em uma produção acadêmica. (Professora Doutora 3).

Na esfera privada, ao verificar a importância das relações familiares, Pimenta e Anastasiou (2002, p. 95) observam que “os pais de qualquer segmento social almejam fazer seus filhos estudar e se esforçam para isso”, ressaltando que a sociedade do não emprego impõe aos trabalhadores a exigência de requalificação. Essa aspiração generalizada por educação revela que, historicamente, ela tem sido encarada como bem de consumo, um meio para a sobrevivência financeira, inserindo, inclusive, a aspiração de ascensão social, ideal que permeia as sociedades em escala global. No Brasil, essa aspiração faz parte do propalado ideal do sonho republicano, tão veementemente defendido pelos intelectuais liberais desde o século XIX. Não é demais ressaltar que, mesmo de forma adaptada aos tempos atuais, a ideia de escalada social ainda impregna a imagética acerca da educação nos depoimentos das professoras.

No tempo em que eu ainda, estava cursando o normal, no colégio eu tive a oportunidade de substituir a professora, eles tinham a semana de regência, no último ano, a gente precisava assumir uma sala, com outra colega, por uma semana inteira. Quando eu me formei, fui lecionar em uma escola particular próxima da minha casa, mas fiz concurso e logo eu entrei na prefeitura, fui aprovada por primeiro no estado, mas o estado não chamou, quando foram me chamar eu já era professora na USP. Estava havendo essa expansão das escolas públicas em São Paulo, fiz o concurso em novembro e para resumir em abril de 1972, estava lecionando. Então assim, aos meus dezoito anos de idade, as pessoas me falavam que eu tinha um emprego para o resto da vida. Eram duas coisas principais, em primeiro, era o conforto da segurança de ser efetiva no emprego público, naquele tempo, a gente ganhava bem, o emprego de professora nessa época era bem remunerado e a outra coisa que me diziam, “que se um dia eu me casasse... era meio período”. Era uma conversa de família, de vizinho, de todos. (Professora Doutora 3).

As expectativas das famílias e da sociedade traçam caminhos que se refletem nas instituições de ensino, desde a escolha de um curso à formação profissional e pessoal de cada estudante. A maioria quantitativa das mulheres no ensino superior não se caracteriza como fator nem favorável, nem determinante de ocupação de postos de trabalho nas diversas áreas. Esta situação é compreendida quando se analisa a questão do mercado de trabalho para as mulheres nesses últimos anos, pois os postos de trabalho estão reduzidos e requalificados, devido às transformações tecnológicas e informacionais e

nos dias atuais, um fenômeno frequentemente observado, pelo menos nas ciências humanas, é o grande número de mulheres que procura pela educação superior para obter mais qualificação. Um número

muito acima da quantidade de homens. Esse é um fato para se pensar, considerando-se que essas mulheres trabalham fora e em casa, são esposas e mães. (ALMEIDA, 2007, p. 218).

A feminização do magistério no Brasil nos anos iniciais da escolaridade se firmou logo após a República e, por ocasião da Reforma da Instrução Pública no Estado de São Paulo, efetivada em 1890 por Caetano de Campos, a preferência pelo sexo feminino para a escola primária pública ganhou forças no discurso liberal. Ferre (2001, p. 209), defende esse processo, como positivo para a educação escolar: “vou aqui sair em defesa, em favor dessa feminização, pelo quanto ela trouxe - com uma maior ou menor consciência das próprias mulheres – uma série de benefícios sem os quais a atual – para não dizer persistente – crise do sistema educacional seria uma catástrofe ainda maior”. Para a autora, esses benefícios radicam-se fundamentalmente na contribuição de que a partir da diferença e não a partir da igualdade, as mulheres realizam um trabalho essencial dentro do possível de se obter a partir de sua realidade como mulheres, sexo historicamente submetido à ordem hierárquica do poder. Questiona-se como funcionaria o sistema educativo, no ensino infantil e primário, se a esses não se dedicassem principalmente as mulheres que ao longo da história brasileira têm contribuído com todo o saber de sua experiência feminina. Podemos, certamente, eliminar o caráter um tanto parcial dessas afirmativas, embora não nos eximamos de considerar sua justeza, pois, ao longo das décadas, as mulheres foram as encarregadas da educação escolar de crianças pequenas, enquanto os homens, sempre que houvesse oportunidade saíam em busca de outros tipos de emprego e se permanecessem no magistério, buscavam pelos cargos de administração e supervisão. Por outro lado, a visão da diferença relacional de gênero não parece ser completamente absorvida no discurso desta professora, justamente pelo fato que esta não considera a desigualdade como seu principal fator gerador:

Eu não creio que a pesquisa tenha sexo. Eu considero fundamental na pesquisa o olhar desinteressado, porque a pesquisa é quem me leva. Como eu vou buscar? Como eu estou vendo aquele fato que está acontecendo? Seja uma entrevista, seja uma observação. Se você vai com um olhar muito direcionado, parece-me que se perde a possibilidade de ver o que ninguém vê. Porque eu considero este o objetivo da pesquisa. Ter-se a curiosidade da busca e conseguir a partir de dados que você recolhe, extrair aquelas questões que lhe parecem mais fortes. Quanto ao aspecto da vivência cotidiana na docência e ser mulher, existe vantagens e desvantagens e depende das circunstâncias, porque quando eu ingressei no mestrado e no doutorado eu já tinha uma vida pessoal bastante resolvida, minha filha já

estava praticamente criada, já estava na graduação. Eu tenho somente uma filha. Eu tenho a minha vida estabilizada. Quando eu comecei a atuar no programa do mestrado em Educação eu já estava com essa tranquilidade pessoal, eu considero que esses fatores facilitam. No meu cotidiano, eu cheguei ao momento certo, de uma relativa estabilidade, que me permitia como coordenadora, dedicar-me de manhã à tarde. Foi uma dedicação que no começo foi fundamental. Resolver os problemas do cotidiano, atender aos professores, porque depois, entra-se numa rotina, numa organização. Eu penso que entrei tardiamente na Educação, mas pensa-se, o que é tardio? Eu considero que foi o momento correto, o momento que para mim foi possível. (Professora Doutora 2).

Velho e Prochazka (2009) constatam que o índice da participação feminina no ensino superior, no âmbito da proporcionalidade dos gêneros acontece com certa equidade para as mulheres na América Latina, pois existe um aspecto fundamental centrado na perspectiva que a visão de mundo das mulheres é diferente da visão dos homens, o que faz com que elas façam perguntas científicas diferentes e tenham opinião distinta quanto a prioridades e tragam perspectivas de análise diversas. Neste ponto, reside uma importante contribuição na formação das novas gerações de professores/as, a qual, segundo Almeida (1998, p. 4),

[...] se a educação modifica a mulher, assim como todos os seres humanos, a mulher modifica a educação escolarizada, enquanto sua principal veiculadora. Aceitando-se que as análises sobre a educação não podem mais prescindir da categoria gênero é possível que se descortinem novos paradigmas, que levem à compreensão da intrínseca relação entre mulher e educação e, a partir daí, novas hipóteses podem ser construídas”.

Outro aspecto apresentado por Almeida (2007 p. 223-224) é que :

quando a educação feminina já não é explicitamente domesticadora, a inserção das mulheres nos vários campos profissionais e a feminização do magistério são definitivos e abrangentes, o fato de meninas e meninos ocuparem os bancos escolares lado a lado também não garante educação não diferenciada”.

Isso porque os estereótipos sexuais ainda residem na prática pedagógica dos professores e professoras, nas expectativas dos pais e das mães e das próprias crianças, pois menino brinca com bola, e menina brinca com boneca! As meninas gostam de desenho, e os meninos, de matemática. Meninas se comportam bem, e os meninos podem ser travessos. Meninas são carinhosas e emotivas, e meninos não choram. Meninas serão mães e, meninos...?

Essas imagéticas ainda impregnam fortemente as mentalidades e todos sabemos de sua força na construção e no reforço da ordem social vigente. Portanto, para a escola mudar, terá de mudar a sociedade, para a sociedade mudar, o papel da escola é de suma importância, mesmo que não seja a única instituição a quem caiba a consecução desses objetivos. A inserção das mulheres na educação superior possibilitou que seu campo de conhecimento e de ação se ampliasse e, conseqüentemente, sua inserção social e as mudanças disto advindas; uma educação que é desafiada entre uma formação técnica e profissional e uma formação geral e humanista, mediante o desenvolvimento e o comprometimento com a pesquisa. A presença feminina na educação superior brasileira paulatinamente está se tornando mais relevante e uma característica observada nas narrativas das professoras e na literatura científica pesquisada, demonstra que sua contribuição se origina na diferença e não na igualdade. Esta diferença possui origens sociais e culturais, desde o dimorfismo sexual na oportunidade e nos conteúdos de seus estudos; às desigualdades internas nas questões de gênero. Se a educação apresenta subdivisões de oportunidades e de características, as desigualdades de gênero também apresentam distinções porque as determinações sociais edificam e fortalecem a realidade. Nesta linha de raciocínio pode-se defender o princípio que não somente as mulheres, como todos os seres humanos que sofrem sob o jugo da desigualdade, injustiça ou preconceito tendem, em determinadas situações, por instinto de sobrevivência, a desenvolverem características como determinação, dedicação, perseverança. Obviamente, esta explicação não se aplica como regra geral, dado que carece de maior fundamentação científica no assunto em discussão. No entanto, as estatísticas demonstram que do ponto de vista da atuação social e no mundo do trabalho as mulheres continuam praticamente a sofrer a imposição do meio social do qual teoricamente se libertaram.

Algunas explicaciones acerca de la ausencia de las mujeres en la participación política han planteado que son ellas las que no desean ocupar estos roles, sin advertir (o má bien sin querer advertir) que es la configuración de la esfera política, por el tipo de exigencias y el tipo de interpelación que realiza, la que las excluye. [...]. Para Carol Pateman (1995) es la maternidade, diferencia por excelência, lo que que há marginado a las mujeres de la participación, situándolas fuera de la política y la ciudadanía. Pero, a la vez, paradójicamente, la maternidade há sido también el mecanismo central por el que han sido incorporadas al orden político moderno e integradas a los Estados de bienestar, ya que se le adjudico un status político y se la incluyó como um ‘deber político’ femenino. (LISCIA, 2007, p. 253).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR

Recentemente, recebemos dois volumes publicados pela Editora da Universidade Federal de Natal (2011), organizados pelas professoras doutoras Tatyana Mabel Nobre Barbosa e Maria da Conceição Passeggi, com o título *Memorial acadêmico*. O primeiro tem como subtítulo: *Gênero, Docência e Geração*; o segundo *Gênero, Injunção Institucional, Sedução Autobiográfica*, ambos pertencentes à série *Escritas de Si*, que “publica textos (auto) biográficos de caráter ou interesse acadêmico, com o objetivo de dar maior visibilidade à singularidade de trajetórias intelectuais e valorizar a sua relevância histórico-cultural”, conforme anunciado na Apresentação dos volumes e representados por memoriais de professoras que se dedicam à carreira acadêmica, atuando como docentes no ensino superior e como pesquisadoras.

Esse trabalho singular é muito bem vindo e se articula com o desenvolvimento do presente artigo, escrito antes do recebimento desta publicação. Sua leitura permitiu verificar as características de perenidade do discurso quando se trata de mulheres e o fator revelado na resiliência e nas escolhas feitas ao longo da vida.

Teriam esses sentidos profissionais que ligavam a docência à vida de mulheres (alternativa que não geraria desconforto ao destino de mães e esposas) como um elemento importante para as trajetórias intelectuais que trilharam na área de gênero? Naquele momento, cada uma se via diante de um destino implacável e, como todas as mulheres, precisariam, a partir dali, a *aprender a amar o que não escolheram*. (BARBOSA; PASSEGGI, 2011, p. 25, v. 01).

A similaridade dos memoriais contidos nos dois volumes com os relatos das entrevistas realizadas com as professoras são flagrantes na sua continuidade, mesmo em se tratando de faixas etárias diferentes, percursos formativos diferenciados, enfim, vidas diferentes, o que permite aferir que em se tratando de mulheres uma categoria se sobrepõe: a diferença de gênero e dela derivam todas as demais. O reconhecimento científico das desigualdades de gênero, a ampliação do campo epistemológico e a eliminação da neutralidade acadêmica da ciência permite considerar a diferença entre os sexos nas análises sobre a trajetória de homens e mulheres e seu papel no tempo histórico. Para articular essa diferença nos diversos campos do saber há que se desconsiderar o ser único e universal dos paradigmas clássicos que pregam a neutralidade de gênero ou adotam o sujeito masculino como protagonista solitário das ações humanas.

A incorporação da diferença como construção sociocultural, que se refere aos dois sexos, sublinha também o conceito da igualdade na diferença como uma das concepções teóricas mais avançadas. A diferença pode ser aceita do ponto de vista do equilíbrio nas relações de alteridade que se projetam no mundo social, mas não é aval para as desigualdades entre os sexos. Nessa perspectiva as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas, levando a formulações teóricas eficazes sobre as relações social e culturalmente construídas entre os sexos e que são relações de poder. Atualmente sabe-se que somente o equipamento biológico natural não é passível de clarificar as diferenças existentes entre homens e mulheres. Por isso, necessariamente, a visão de homens e a visão de mulheres, sempre é parcial, voltada para as expectativas e definição de padrões comportamentais próprias de cada sexo, moldadas desde o nascimento, na família, depois na escola e posteriormente na sociedade e suas ordenações que costumam ser ambivalentes.

As contingências que levaram as mulheres à profissão de professoras do Ensino Superior (com sua exigência de conhecimento, titulação, pesquisa, comparecimento a congressos, aulas, bancas de mestrado e doutorado, formação de novos pesquisadores, viagens constantes), podem ser muitas, mas naturalmente podem se definir em termos do desejo e do possível. Muitos são e foram os desejos: de vidas românticas ou aventureiras, cheias de emoções, assim somos todos, homens e mulheres; e o possível ditado pelas necessidades da vida cotidiana. Esse desejo muitas vezes conflita com o possível de se obter. Porém, como disse uma professora, *uma vez que se conhece, que se envolve, se passa a amar.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre; PASSEGGI, Maria da Conceição (Orgs.). **Memorial acadêmico.** Natal: Ed. UFRN, 2011.

BARREIRA, Cecília. **História de nossas avós:** retrato da burguesa em Lisboa (1870/1930). Lisboa: Edições Colibri, 1992.

BRASIL.MEC.INEP - Censo Educacional do Ensino Superior: histórico estatístico (1994-2008). Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLÁUDIA. Disponível em: <www.scribd.com/doc/404810/ConselhosdeRevistasFemininas>. Acesso em: 10 ago. 2008.

FERRE, Núria Perez de Lara. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERREIRA, Márcia Ondina; BIASOLI, Carmen Lúcia A. Reconstruindo trajetórias docentes: percursos pessoais e profissionais refletidos na maneira de ser professor. In: FERREIRA, M.; FISCHER, Beatriz Daudt T.; PERES, Lúcia Maria (Orgs.). **Memórias docentes**: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação. São Leopoldo: Oikos; Brasília Liber Livro, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HILSDORF, Maria Lúcia S. Mestra Benedita ensina primeiras letras em São Paulo (1828-1858). In: SEMINÁRIO DOCÊNCIA, MEMÓRIA E GÊNERO, GEDOMGE-FEUSP, 1997. São Paulo: Plêiade, 1997.

JORNAL das Moças. Disponível em: <www.scribd.com/doc/404810/ConselhosdeRevistasFemininas>. Acesso em: 10 ago. 2008.

KING, Margaret L. **A mulher do renascimento**. São Paulo: Presença, 1994.

LISCIA, Maria Herminia Beatriz. Participación y feminismo. In: GAMBA, S. B. **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa G. C. Educação, identidade e profissão docente. In: **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002. v. 1.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul/dez, 1995.

THOMPSON, B. John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VELHO, Léa; PROCHAZKA, Maria V. **No que o mundo da ciência difere dos outros mundos?**, 2009. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200412/busca/framebusca.htm>>. Acesso em: 16 set. 2010.